



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Educação

SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - CAMPUS PARANAGUÁ

Areta da Costa Mendes¹
Evelyn Raquel Carvalho²

Resumo: Investigou-se a atuação das assistentes sociais, entre os anos de 2017 e 2018, em um Campus do Instituto Federal do Paraná- IFPR, refletindo sobre a relação Serviço Social e Educação. Os resultados indicaram que estas desenvolvem ações que vão além das suas atribuições formais, sendo que suas atuações podem ser um elemento decisivo para o acesso, permanência e êxito do discente.

Palavras-Chave: Serviço Social, Educação, Instituto Federal do Paraná.

Abstract: The activities of social workers between the years 2017 and 2018 were investigated in a Campus of the Federal Institute of Paraná-IFPR, reflecting on the relation Social Work and Education. The results indicated that they develop actions that go beyond their formal attributions, and their actions can be a decisive element for the access, permanence and success of the student.

Keywords: Social Work, Education, Federal Institute of Paraná.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada através do processo de estágio supervisionado no Instituto Federal do Paraná – IFPR campus Paranaguá entre os anos de 2017 e 2018. O Aprendizado obtido durante o estágio possibilitou conhecer em profundidade a atuação do/a Assistente Social na Política de Educação, bem como a execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. A partir da vivência neste campo evidenciou-se limites e possibilidades para esta atuação.

Para a realização do trabalho, utilizou-se a pesquisa de métodos mistos (quali e quantitativos), de acordo com Minayo (2010) este, “conjunto de dados qualitativos e quantitativos, não se opõem, ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Salienta-se que ao abordar a pesquisa quali-quantitativa, buscou-se compreender a realidade do campo sócio ocupacional do Serviço Social na IFPR, através de entrevistas com as Assistentes Sociais, assim como uma coleta de dados para conhecer quem são os/as estudantes do IFPR campus Paranaguá.

¹ Profissional de Serviço Social, IFPR, E-mail: areta1@outlook.com.

² Profissional de Serviço Social, IFPR, E-mail: areta1@outlook.com.

Com relação à pesquisa quantitativa, primeiramente foi efetuado contato com as Assistentes Sociais do IFPR campus Paranaguá, com intuito de realizar as entrevistas e coleta de dados sobre o perfil socioeconômico dos discentes, no qual foi feito um recorte sobre os Programas da Assistência Estudantil. Os dados registrados sobre o perfil socioeconômico se encontram nas fichas de inscrição dos discentes que buscam os programas de assistência estudantil, que são armazenados na Seção Pedagógica onde não há dados sistematizados, apenas cadastros manuais. Esses dados são documentos sigilosos do Serviço Social e de acordo com o Art. 16º do Código de Ética da Profissão: “O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional”.

Para realização da pesquisa qualitativa, foi realizada uma pesquisa exploratória partir da procura de artigos em base de dados *online*, através das palavras chaves: 1) Assistência Estudantil, 2) Serviço Social na Educação e 3) Serviço Social e Assistência Estudantil. De acordo com Gil (2002) a pesquisa exploratória:

têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p.41).

Enquanto base documental, a pesquisa ancorou-se no estudo de legislações e normativas que regulamentam a Assistência Estudantil, que integram as políticas educacionais instituídas no país. A Política de Educação assim como em outras políticas públicas em que o profissional do Serviço Social se insere, é um espaço sócio ocupacional que se articula e se materializa através das contradições existentes representadas pelas demandas sociais.

Entre a legislação pertinente as questões educacionais nas últimas décadas, destacamos a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, possibilitou diversos avanços para a Educação no Brasil, como as mudanças estruturantes no cenário educacional. A responsabilidade do Estado em propor condições de acesso e permanência para os estudantes ficou explícita no inciso I do Artigo 3º da LDB, que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na escola, ficando visível a obrigatoriedade do Estado em promover políticas públicas e programas de permanência nas Instituições de ensino, como o PNAES.

Uma via de inserção dos profissionais do Serviço Social na política de Educação se deu a partir da criação dos Institutos Federais no Brasil através da Lei nº 11.892/2008,

onde foram criados 38 Institutos Federais, entre eles o Instituto Federal do Paraná, campus Paranaguá.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Paranaguá tem uma população estimada de 153.666 habitantes (2018), é uma cidade histórica e sua economia se impulsiona através do turismo e do porto da cidade. O salário médio mensal dos trabalhadores formais da cidade é de aproximadamente três salários mínimos (2016) e a taxa de escolarização dos munícipes de 06 a 14 anos de idade é de 98% no ano de 2010. O Campus Paranaguá está instalado em uma região nova no município, no bairro Porto Seguro, construído para realocar moradores da região da Vila Becker e do Canal do Anhaia, devido ao desenvolvimento e expansão do porto de Paranaguá:

O fenômeno social de realocação de moradores no município de Paranaguá, que demandou a intervenção do Estado por meio de órgãos de diferentes setores e níveis, não está circunscrito à luta pela moradia por parte da população em questão. É algo muito mais complexo, que envolve o processo de expansão e modernização do Porto de Paranaguá e que coloca em evidência distintas posições políticas de órgãos do próprio Estado (TUMELERO, 2015 p.201).

Através dos estudos realizados para a instalação do IFPR, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Instituição, analisa-se que a implantação do campus Paranaguá no bairro Porto Seguro surge com a proposta de desenvolvimento econômico e social da região. Constatou-se que a população local vive em condições de vulnerabilidade social, caracterizadas por situações de desemprego, violência e uso abusivo de drogas que afetam diretamente na condição socioeconômica da população.

A instalação dos Institutos ampliou a oferta de cursos profissionalizantes no país, o que gerou uma demanda por parte das instituições em promover programas de acesso e permanência estudantil, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que se instalou através do decreto nº 7. 234/2010. Dentro dessa perspectiva, verificam-se desdobramentos de demandas sociais manifestadas no cotidiano escolar que não se limitam a questão pedagógica, pois, há outras necessidades frente à nova estrutura de estado e de sociedade que exige da escola buscar estratégias de enfrentamento às expressões da questão social.

Entende-se que o Serviço Social no IFPR campus Paranaguá trabalha frente às demandas existentes para a efetivação da Política de Educação, sendo um/a dos/as profissionais que mais se aproximam dos/as estudantes, entre eles/as, aqueles/as em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Desta forma colabora para que ocorram transformações sociais, políticas e culturais através de melhores condições materiais buscando garantir a permanência estudantil e a conclusão do curso.

Assim como em outras áreas do saber, o Serviço Social não se materializa sozinho, é importante compreender que o sistema educacional é constituído por diversos setores que trabalham juntos para alcançar um melhor funcionamento escolar. Nessa perspectiva, verifica-se a importância do/a profissional do Serviço Social de integrar a equipe pedagógica das Instituições Federais, articulando possibilidades de ações junto aos estudantes, técnicos e comunidade local com o objetivo de contribuir para a construção da cidadania e formação política da comunidade acadêmica e local.

2 DESENVOLVIMENTO

A intervenção do/a assistente social na Assistência Estudantil se realiza através de ações que envolvem situações de vulnerabilidade social no campo educacional sejam elas vivenciadas por estudantes, profissionais e comunidade local a fim de integrar uma política pública de Educação com qualidade.

A Assistência Estudantil – campo de atuação do Serviço Social nos Institutos Federais - é um programa que prevê o acesso, permanência e êxito dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Sua ação abarca um conjunto de subsídios para alimentação, transporte e moradia, como também apoio pedagógico e social, participação em projetos de esporte, pesquisa e extensão e participação do/a estudante em eventos científicos e encaminhamentos à rede de proteção social.

Considera-se necessário compreender que as perspectivas de atuação da Assistência Estudantil através da inter-relação dos conceitos do acesso e permanência é a garantia de que a Política Pública de Educação se efetive, isto é, há demandas notórias vinculadas à Política de Educação que fez com que o Estado elaborasse um Programa para suprir as demandas sociais existentes.

De acordo com o artigo 7º do PNAES, decreto nº 7.234/2010, o orçamento do Programa está ligado ao Ministério de Educação e o repasse é realizado para cada instituição onde os programas são vinculados e regulamentados de acordo com o campus, que é responsável pela criação e aberturas de Editais para o acesso dos/as estudantes. No Paraná é oferecido nas Instituições Federais de Educação, para as Universidades Federais no ensino superior e nos Institutos Federais, no ensino médio integrado e ensino superior.

A observação desenvolvida durante a realização do Estágio, em paralelo a análise da legislação, evidenciou que a configuração da Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino é representada dentro de Coordenadorias de Ensino, designadas através de Sessões Pedagógicas e de Assuntos Estudantis – SEPAE, que variam de nomenclatura de acordo com cada Instituição, onde as equipes que integram essas seções são multiprofissionais. Cabe destacar, que as equipes são compostas de acordo com a

instituição, visto que não há um quadro mínimo de funcionários existente, pois há demandas específicas em cada campus que delimitam a contratação de funcionários por meio de concurso público. Verifica-se a importância de manter uma equipe multidisciplinar engajada, que trabalhe com pressupostos éticos, planejando e buscando soluções de acordo com suas especialidades, comprometendo-se em trabalhar de modo coletivo para melhor desempenho das atividades e monitoramento de suas ações.

A busca pela Assistência Estudantil nas instituições de Ensino é realizada pelos estudantes nas Seções Pedagógicas e de Assuntos Estudantis- SEPAE, o acolhimento é realizado por toda equipe multidisciplinar, porém, os responsáveis pelos programas que fornecem o subsídio financeiro aos estudantes são os/as assistentes sociais, pois é necessário realizar uma análise socioeconômica a fim de verificar se o estudante se encontra em alguma situação de vulnerabilidade social.

A Seção Pedagógica realiza o acompanhamento dos discentes ao longo de sua trajetória na instituição, de acordo com a especialidade e área do saber: pedagogia, psicologia, serviço social, entre outros. A SEPAE monitora o rendimento dos/as estudantes através dos coletivos pedagógicos e é a porta de acesso para os/as estudantes e pais na Instituição.

É oportuno considerar que a Instituição IFPR destina 80% das suas vagas de inclusão, através da Lei nº 12.711/2012 que institui a Lei de Cotas, considerada uma conquista histórica marcada por lutas da sociedade civil organizada.

De acordo com o Artigo 5º do PNAES:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (PNAES, 2010).

As vagas no IFPR são destinadas a inclusão de estudantes com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e meio *per capita*, candidatos com deficiência, autodeclarados indígenas, pretos e pardos, estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas e 20% para as vagas de ampla concorrência.

A inserção do/a Assistente Social na SEPAE se configura através da Lei de Cotas, mas não somente, pois a atuação do/a profissional se realiza através dos atendimentos aos estudantes desde o primeiro contato com a Instituição que é o processo seletivo, até a conclusão do curso.

A primeira competência do Serviço Social é a análise socioeconômica do pedido de isenção de taxa de inscrição no processo seletivo. Conforme o Código de ética do/a Assistente Social, Lei 8662/93, inciso XI do artigo 4º, este/a é profissional competente para

“realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”. A Lei nº 12.799/2013 garante que o/a estudante que tenha: “I - renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio; II - ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada (BRASIL, 2013)” seja isento do pagamento de taxa de inscrição. No processo de análise é realizada entrevista e são observadas documentações que comprovem ensino anterior em escola pública, origem étnica racial, fragilidade sócio econômica ou deficiência física.

Durante a permanência do/as estudantes na Instituição são realizados acompanhamentos pedagógicos e sociais nos quais os/as estudantes chegam a Seção Pedagógica através das coordenações de curso, docentes ou voluntariamente. O Serviço Social está inserido nesse processo através da participação ativa nos Coletivos Pedagógicos, momento de avaliação multidisciplinar em que os professores e demais profissionais, discutem o rendimento de todos/as os/as discentes buscando soluções conjuntas. O acompanhamento pedagógico acontece bimestralmente, onde a Seção Pedagógica se organiza para atender todas as turmas através de reuniões, monitoramento das frequências, conceitos, comportamento em sala e produção acadêmica.

Verifica-se que garantir apenas o acesso dos/as estudantes na Instituição de Ensino, não assegura que os/as discentes em situação de pauperização tenham condições de permanecer no ambiente escolar, isto é, é necessário que a instituição tenha políticas internas de permanência para o término do curso. Nesse sentido existem projetos voltados para a permanência que são realizados durante todo o ano letivo. Ao longo de 2017 observou-se o trabalho de Orientação Vocacional, destinada aos estudantes que estavam no término do ensino médio integrado e se preparavam para o vestibular. Nesse espaço os estudantes tinham contato com uma série de cursos e dinâmicas que ampliavam sua visão sobre o seu futuro profissional.

O projeto de confecção de Fanzines é outra atividade idealizada pelo Serviço Social. Desenvolve encontros com a comunidade acadêmica, técnica e local, objetivando a produção de jornais alternativos de comunicação. Este material de divulgação científica tem como meta o debate de temas relevantes para toda a comunidade.

Outro projeto que estabelece um vínculo com a comunidade externa, é o acolhimento de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas –MSE. Tal situação se dá mediante o cometimento de ato infracional, situação em que o poder judiciário pode impor ao/a adolescente o cumprimento da MSE como forma de redimir os atos realizados. Estas MSE também são realizadas no campus, sendo que os jovens são incluídos em projetos e

atividades em setores diversos do campus. Esses encaminhamentos se efetivam pela parceria com o Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE é outra frente de trabalho junto a SEPAE, no campus Paranaguá, este realiza ações focalizadas e atendimentos aos discentes com necessidades especiais (surdez, autismo, entre outros). Estes atendimentos buscam adaptar o/a aluno/a à sala de aula, flexibilizar o método de ensino, colaborando com a melhora do desempenho e bem-estar. Destaca-se que todas essas ações são desenvolvidas devido ao interesse das profissionais da área, tendo em vista que a atribuição central, cobrada pela Instituição, é o trabalho de análise socioeconômica para a concessão de Bolsas e Auxílios.

A Assistência Estudantil no IFPR campus Paranaguá é o campo central de atividade em que o Serviço Social está inserido:

FIGURA 1: Fluxo de atendimento dos Programas de Assistência Estudantil



(FONTE: Elaborado pela autora: 2018)

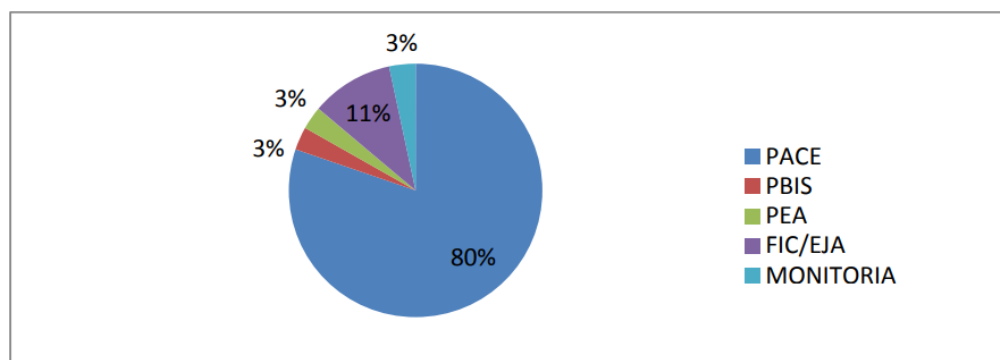
O acesso aos programas de Assistência Estudantil é realizado de acordo com a FIGURA 1, através de Edital que é elaborado pela Pró-reitoria de Ensino tendo por base as demandas de cada campi. A participação dos/das Assistentes Sociais nesse processo se realiza através dos encontros organizados pela categoria profissional com o propósito de discutir o desenvolvimento do PNAES nos campi e as dificuldades encontradas pelos profissionais durante todo o acompanhamento do programa. Esses espaços de debate permitem a construção de propostas que são encaminhadas a Pró-reitoria de ensino.

Os/as estudantes se inscrevem nos programas através de formulário e são orientados a anexar documentos obrigatórios. Os documentos tem a finalidade de comprovar dados informados como: identificação, matrícula, residência e renda do/a estudante e de todos que representam sua composição familiar. As documentações são utilizadas pelo Serviço Social para análise socioeconômica a fim de verificar se o estudante

se encontra no perfil do programa. Adota-se na análise os critérios estipulados pelo Edital, além da análise documental e também utiliza-se a entrevista quando os dados indicam inconsistências.

No ano de 2018, o IFPR campus Paranaguá ofereceu os seguintes Programas: Programa de Assistência Complementar ao Estudante - PACE, que atendeu 193 estudantes, o Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social – PBIS, que atendeu 07 estudantes, o Programa Estudante Atleta – PEA, que atendeu 07 estudantes, a Bolsa Proeja/ FIC - Formação Inicial e Continuada que atendeu 25 estudantes e o Programa Monitoria que atendeu 08 estudantes. No total dos programas, foram 240 estudantes contemplados pelos Programas da Assistência Estudantil.

FIGURA 2: Programas da Assistência Estudantil



FONTE: A autora (2018)

De acordo com a FIGURA 2, 80% dos estudantes que solicitaram auxílio estão inseridos no Programa de Assistência Complementar ao Estudante –PACE, que destina subsídio financeiro para fins de alimentação, transporte e/ou moradia. Este é o programa que abrangeu o maior número de vagas para os/as discentes no ano de 2018. Os programas PBIS, PEA e Monitoria atingem 3% dos estudantes. Convém citar que o baixo índice de estudantes no programa se refere a quantidade reduzida de vagas em edital, que no ano de 2018 foram de 07,07 e 08, respectivamente. O programa FIC/EJA abrangeu 11%, contemplando todos os/as discentes inscritos não havendo lista de espera. Destaca-se que houve uma alteração no curso do PROEJA no campus Paranaguá em 2018, este tornou-se um curso apenas de Formação Inicial e Continuada – FIC e não mais EJA, o qual possui como requisito previsto em Edital de que o/a estudante tenha matrícula na Educação Básica na modalidade EJA para poder se inscrever nos Programas da Assistência Estudantil.

Através dos dados apresentados sobre o Programa de Assistência Estudantil, verifica-se a importância do Serviço Social nesse processo, pois há uma grande disparidade de alunos/as do Programa PACE com relação aos outros programas, nota-se que além de poucas vagas existe uma forte fragilidade socioeconômica que impacta na vida dos/das discentes. Será que os/as estudantes estão sendo contemplados neste programa apenas com o subsídio financeiro? Há outros desdobramentos sociais para além do auxílio para alimentação, transporte, moradia. A rede de apoio aos estudantes inclui articulações que não atendem só o Serviço Social, é necessário observar esse ponto, compreendendo que essa visão restrita da atribuição profissional pode retirar a responsabilidade por parte do estado, instituição, profissionais, família e do/a próprio/a discente sobre a permanência estudantil.

Para essa perspectiva de atuação profissional, verifica-se que os programas de Assistência Estudantil são apenas um elo de articulação do/a profissional do Serviço Social com os/as discentes, visto que ao solicitar os programas, os estudantes têm o primeiro contato com a Seção Pedagógica e conseqüentemente com o/a Assistente Social.

Por meio dos atendimentos realizados para acessar o PNAES, o Serviço Social empenha-se em criar vínculo com os/as estudantes, integrando-os através dos atendimentos realizados ou até mesmo de um diálogo informal. Manter esse vínculo com os/as estudantes é um dos principais acessos para conhecer a sua realidade social, a fim de verificar se há algum tipo de violação de direito. Essas ações colaboram diretamente com a permanência estudantil, através do conhecimento sobre os direitos sociais, socialização da informação, busca por acesso aos serviços públicos e formação da cidadania.

Busca-se perceber a relação da prática profissional do Serviço Social do IFPR campus Paranaguá com a proposta do Projeto Ético Político da Profissão, que pressupõe de intervenções amplas, com perspectiva crítica que visem garantir os direitos dos usuários através de sua instrumentalidade, representada pelas dimensões técnico-operativa, ético-político e teórico metodológica, que de acordo com Souza (2008):

mais do que copiar e seguir manuais de instruções, o que se coloca para o Assistente Social hoje é sua capacidade criativa, o que inclui o potencial de utilizar instrumentos consagrados da profissão, mas também de criar outros tantos que possam produzir mudanças na realidade social, tanto em curto quanto em médio e longo prazos (SOUZA, 2008 p.124).

Compreende-se que a atuação da Assistência Estudantil promove três pilares fundamentais para a conclusão do curso dos/as estudantes: o acesso, permanência e êxito. De acordo com a entrevistada 1 do campus Paranaguá:

a gente garante a política de acesso para o ingresso, permanência e êxito está para muito além disso, então permanência a gente tem uma medida pequena e paliativa que é a assistência estudantil, então pega uma parcela pequena dos nossos estudantes, mas que não garante permanência, e o êxito esta muito relacionado com a postura do professor em sala de aula, para além da questão do estudante (Entrevistada 1).

Os três pilares constroem a Assistência Estudantil e a atuação do Serviço Social nesse espaço sócio ocupacional, considerando que a práxis está relacionada com a articulação do acesso permanência e êxito, o Serviço Social no IFPR campus Paranaguá se materializa através dos programas e projetos inseridos na Política de Educação, promovendo a Ascensão da Educação Pública Gratuita e de Qualidade.

CONCLUSÃO

Verifica-se que a inserção dos/as profissionais do Serviço Social na política de educação envolve uma série de lutas dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada. Para tanto, foram criadas Leis, Diretrizes e Programas durante todo o processo histórico que permitiram que a Educação se tornasse uma política universal.

A construção dos Institutos Federais no Brasil viabilizou a democratização do acesso ao ensino, e, somada a Política de Cotas e do Programa Nacional de Assistência Estudantil, viabilizou a inserção da população vulnerabilizada economicamente no Ensino Superior e Médio. A atuação dos/as Assistentes Sociais nesse espaço sócio ocupacional representa um avanço para a categoria que luta incansavelmente por condições adequadas de trabalho.

A partir da pesquisa de campo realizada no IFPR campus Paranaguá, verifica-se que a Assistência Estudantil ofertada no campus é realizada de várias formas e não somente através dos subsídios financeiros. Embora outras atuações ainda permaneçam inviabilizadas ou não sejam devidamente reconhecidas. Considera-se importante destacar os aspectos em que a atuação do Serviço Social se efetiva na relação do acesso, permanência e êxito. O acesso não se revela apenas no ingresso do/a estudante na Instituição, ocorre através do direito do/a estudante em usufruir dos livros na biblioteca, do conhecimento de serviços públicos ofertados pelo município, pela oportunidade de escuta por profissionais da educação, e na participação da vida acadêmica que agrega conhecimento e perspectiva crítica do/a estudante.

Salienta-se que a participação dos/as assistentes sociais dos campi na construção das normativas que regem os programas de assistência estudantil ainda é limitada, e muitas vezes, desconsiderada. Este fato indica que a vez e a voz desta classe demanda maior espaço. A especificidade do Serviço Social na educação ainda é algo novo, desconhecido, poucas são as publicações e discussões sobre este campo de trabalho.

Através das relações sociais apresentadas, nota-se que a ação das profissionais do Serviço Social do campus Paranaguá contribui para que o/a estudante tenha melhores condições de concluir seus estudos, conseqüentemente ter êxito, tornando necessária a inserção do profissional espaço sócio ocupacional, materializando direitos e viabilizando formas de combate à desigualdade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em: 05 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.799, de 29 de dezembro de 2008. **Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12799.htm Acesso em: 03. nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 11892/2008, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892 Acesso em: 23. out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil I- PNAES**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234 Acesso em: 03 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711 Acesso em: 10. nov. 2018.

CFESS. Resolução nº 493/2006. **Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf Acesso em: 21. maio. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Paranaguá**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranagua/panorama>. Acesso em: 15. maio. Paranaguá, 2019.

IFPR. **Projeto Político Pedagógico**. República Federativa do Brasil. Ministério da Educação. Disponível em: <http://paranagua.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/Projeto->

Pol%C3%ADtico_Pedag%C3%B3gico_21_jan_2013_final_com-numero-pag.pdf
Acesso em: 10. out. 2018.

MENDES, A. C. **A atuação do/a Assistente Social na Assistência Estudantil do Instituto Federal do Paraná - IFPR campus Paranaguá.** Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/59043/ARETA%20MENDES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08. maio. 2019

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

SOUZA, C.T. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** Rev. Emancipação, Ponta Grossa, 2008.

TUMELERO, S. M. **Estado, produção do espaço e intersetorialidade: crítica e criação na implementação de políticas públicas.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160623>. Acesso em: 10. nov. 2018.